

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.316 - CE (2019/0309587-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : DANILO ALVES DO NASCIMENTO (PRESO)
ADVOGADO : Antônia de Araújo Farias - CE037029
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO CONSUMADO E TENTADO. TRÁFICO DE DROGAS. PORTE E USO DE ARMA DE FOGO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE CONCRETA E FUNDADO RECEIO DE REITERAÇÃO DELITIVA. FUGA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, DA APLICAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL E DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. RECURSO DESPROVIDO.

1. O Recorrente, cuja prisão preventiva fora decretada em 25/05/2016, foi preso em 30/06/2019, pela suposta prática dos crimes previstos no art. 121, § 2.º, incisos III, IV, V e VII, c.c. o art. 14, inciso II, do Código Penal (por três vezes); no art. 33 da Lei n.º 11.343/2006; no art. 288, parágrafo único, do CP; e nos arts. 12 e 16 da Lei n.º 10.826/2003.

2. A Sexta Turma, nos autos do HC n.º 489.119/CE, interposto por correu em idêntica situação, reconheceu a necessidade da prisão para a garantia da ordem pública, porque *"a imputação da prática delitiva de mais de um crime de homicídio, em concurso de pessoas, por ter o Paciente ceifado a vida de um Policial Militar e atentado contra a vida de outros três em abordagem, demonstra concretamente a sua periculosidade."* (Rel. Ministra LAURITA VAZ, DJe 01/04/2019).

3. Ademais, o mandado de prisão foi cumprido em outro Estado da Federação, para onde o Réu fugiu, logo após os crimes que lhe são imputados. Tais fatos indicam a necessidade da custódia para evitar a reiteração criminosa e garantir a instrução processual e aplicação da lei penal. Friso que reconhecido pelas instâncias ordinárias que houve fuga logo após a descoberta da autoria do crime, descabido desconstituir tal alegação no julgamento do *writ*, que não admite a ampla dilação probatória necessária para entender diversamente.

4. Condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, desconstituir a custódia processual, caso estejam presentes outros requisitos que autorizem a decretação da medida extrema.

5. Demonstrada, pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não se mostra suficiente a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas na nova redação do art. 319 do Código de Processo Penal, dada pela Lei n.º 12.403/2011.

Superior Tribunal de Justiça

6. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora